

STMC

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
DE CAMPINAS

Um Sindicato de luta, democrático e independente do governo!



SEDE: RUA JOSÉ TEODORO DE LIMA, 49, CAMBUÍ, CAMPINAS - FONE: (19) 3236-0665 • SITE: WWW.STMC.ORG.BR

MANIFESTO EM DEFESA DO SUS

10/02/2011

Não basta a política de abandono à saúde pública em Campinas, agora Dr. Hélio quer se livrar desse serviço, privatizando ao entregar para as Organizações Sociais!

- As OSs (Organizações Sociais) não passam de uma ferramenta privatista quando e onde é empregada; as OSs têm como consequência a precarização das condições de trabalho e da prestação de serviço à população.
 - O que o Governo Hélio pretende com esta proposta das OSs, através do Projeto de Lei 29/2011, é uma reforma administrativa dos serviços públicos municipais, ampliando a ação do mercado no setor. Esta reforma nada mais é que a materialização da proposta neoliberal no país. O que é, na prática, mercantilizar prestação de serviço público.
 - Com isso, a grande população, que mais necessita do serviço público, ficará à mercê das leis que o mercado impõe! Privatizar é diminuir a responsabilidade do Estado àquilo que lhe é próprio.
 - No momento em que as OSs entram para a gestão dos serviços públicos, a ação do mercado se ampliará e passará a ter controle também do que diz respeito aos serviços, inclusive os que são hoje oferecidos pelo governo, como saúde, educação, esporte, cultura, esporte e lazer.
 - A implantação da gestão dos serviços públicos pelas OSs, como quer Dr. Hélio, significa: contratar pessoal sem concurso público, sob as normas do mercado de trabalho, com regime CLT. A consequência disso no Governo é: abrir portas para o empreguismo e favorecimento de conhecidos na política.
-
- O quadro estatutário atual de servidores públicos, contratado via concurso público conforme determina a constituição será gradativamente extinto para dar lugar a um quadro contratado via CLT. Haverá, portanto, uma gradativa substituição do quadro funcional nestas unidades, com a consequência imediata da falta de estabilidade, abrindo margem para o clientelismo na contratação de pessoal. A OS é um gestor privado, tem regras próprias e contrata quem quiser!

Pior ainda...

- A OS é administrada também com dinheiro público, mas está livre das normas que regulam as despesas realizadas com recursos públicos, podendo adotar normas próprias para compras e contratos!!!
- É grave o fato de que as OSs como entidades de direito privado poderão vender serviços a terceiros. No caso da saúde, por exemplo, haverá com certeza, desta forma uma clientela diferenciada entre os que podem pagar no ato do procedimento ou através de seguros/planos privados e aqueles que são dependentes do sistema SUS.
- Não sabemos como serão tratados e assistidos os usuários do SUS, já que as OSs são entidades de direito privado e visam o lucro.
- Não haverá o controle social nas OSs!!! Por serem estabelecimentos regulados através de um contrato de gestão com o poder público, o seu funcionamento será fiscalizado pelo Governo. Pela MP, o Ministério Público só agirá contra os dirigentes das OSs a chamado do Governo, limitando assim, a ação controladora da sociedade.

**Ou seja, OSs é “terra de ninguém”!
Privatização e terceirização é precarização dos
serviços públicos e das condições de trabalho!**

Precisamos nos unir para barrar as Oss no serviço público municipal!

Agende-se também para:

Segunda-feira, 14 de fevereiro, às 18h, na Câmara Municipal de Campinas.

Contra a privatização, terceirização e precarização do serviço público!!!